TÁRIO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - OBJETO: 01 IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL, MARCA: EPSON, MODELO: L355 BULK IN, COR: PRETA - DATA DA LAVRATURA: 24/02/2015 - SIGNATÁRIO: ATAÍDE ALVES.

PORTARIA Nº 1.616, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO:

- o disposto na Lei Municipal nº 13.991, de 10/06/05;
- o contido no Decreto Municipal nº 46.230, de 23/08/05, com as alterações expressas no Decreto Municipal nº 47.837, de 31/10/06;
- o estabelecido na Portaria SME nº 4.554, de 11/11/08, e
- o previsto na Portaria SME nº 2.251, de 03/04/09.

RESOLVE:

1. Divulgar os valores do Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF, às Associações de Pais e Mestres – APMs, das Unidades Educacionais da Rede Municipal Direta de Ensino, para o ano de 2015.

2. O valor previsto para cada repasse é estabelecido por tipo de Unidade Educacional beneficiária, conforme Anexos I, II, III e IV desta Portaria, calculado de acordo com o número de alunos matriculados obtido no Censo Escolar/INEP/2014;
- 2.1. O cálculo dos valores a serem transferidos será realizado de acordo com os dados definitivos constantes na Portaria MEC nº 8, de 08/01/2015, publicada no DOU em 09/01/2015;
- 2.2. As Unidades Educacionais criadas após a data limite para participação no Censo Escolar/INEP/MEC, serão inseridas no Programa de Transferência de Recursos Financeiros – PTRF, conforme o disposto na Portaria SME nº 2.251, de 03/04/09.

3. Somente fará jus ao correspondente repasse, a APM que estiver em conformidade com o "caput" do artigo 4º e parágrafo 2º, da Lei Municipal nº 13.991, de 10/06/05 e atender ao item 6 e subitens, do Anexo I, da Portaria SME nº 4.554, de 11/11/08.
4. Os recursos transferidos à conta do PTRF destinam-se à cobertura das despesas previstas no artigo 3º, da Lei Municipal nº 13.991, de 10/06/05;

- 4.1. A Unidade Educacional definirá as percentagens pretendidas para os recursos destinados às despesas de custeio e capital, com variações iguais a múltiplos de dez;
- 4.1.1. Poderá ser indicado 100% (cem por cento) do valor total, em uma das despesas;

- 4.2. O responsável pela Associação informará os percentuais pretendidos em cada uma das dotações, dentro das datas previstas nos itens 5.1, 5.2 e 5.3 desta portaria, salientando que a opção para o 1º repasse de 2015 foi feita no período estabelecido no item 5.3 da Portaria SME nº 1.242 de 11/02/14, ou seja: de 01 a 10/11/14.
5. Serão consideradas as seguintes datas para apresentação dos percentuais pela Unidade Educacional, à Diretoria de Educação:

- 5.1. até 08/04/2015 - relativa ao 2º repasse de 2015;
- 5.2. até 10/08/2015 - relativa ao 3º repasse de 2015; e
- 5.3. até 10/11/2015 - relativa ao 1º repasse de 2016.

6. As Diretorias Regionais de Educação deverão apresentar os percentuais definidos pelas APMs, à Secretaria Municipal de Educação - SME, em até cinco dias corridos, após as datas constantes nos subitens 5.1, 5.2 e 5.3 desta Portaria;

- 6.1. Na hipótese de não apresentação dos percentuais nos prazos previstos, a SME fará o cálculo para a transferência, considerando 80% (oitenta por cento) da verba para custeio e 20% (vinte por cento) para capital.

7. O período para utilização dos recursos está compreendido entre o dia imediatamente subsequente ao término do período anterior, até a data final, constante no Anexo V, desta Portaria;

- 7.1. Para as APMs recém-cadastradas no Programa (escolas novas), o período para realização das despesas iniciar-se-á a partir da confirmação do crédito na conta corrente.

- 7.2. A realização de qualquer despesa de custeio e/ou capital está condicionada à suficiência de fundos em cada uma das dotações específicas do Programa.

8. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art.1º-Fica autorizado, em caráter provisório, nos termos do artigo 10 da Deliberação CME 04/09, o funcionamento do CEI Aldair Maria, localizado na Rua Recife, nº 1800, Morro Doce, São Paulo/SP, mantido pelo Instituto Cidadão Brasileiro Participativo, CNPJ: 07.189.118.0001/59, com a finalidade de atender crianças na faixa etária definida no Plano de Trabalho da instituição.

Art.2º-A autorização de que trata o artigo anterior, encontra-se na conformidade do § 1º do artigo 41 da Portaria SME nº 3.477/11 e respaldada na documentação constante do P.A 2013.0.213.904-1.

Art.3º-Os responsáveis pela instituição ficam obrigados a manter ajustado anualmente seu Projeto Pedagógico às normas que forem baixadas pelo Conselho Municipal de Educação e as demais instruções relativas ao cumprimento da legislação vigente.

Art. 4º- A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, zelará pelo fiel cumprimento das obrigações assumidas em decorrência desta Portaria e proporá em caso de inadimplência a cassação da presente autorização, na conformidade da legislação em vigor.

Art.5º-A autorização mencionada no artigo 1º terá validade de dois anos, a partir da vigência desta Portaria.

Art.6º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 42, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Diretor Regional de Educação de PIRITUBA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 4737/09, com fundamento na Deliberação CME 03/97 e Indicação CME nº 04/97 e do que consta do Protocolado nº 16.71.185*14, expede a presente Portaria:

Art.1º-Fica aprovado o Regimento Escolar do CEI Aldair Maria, localizado na Rua Recife, nº 1800 – Morro Doce, São Paulo/SP, autorizado pela Portaria nº 41, de 25/02/15.

Art.2º-A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Escolar, objeto desta Portaria.

Art.3º-Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE ITAQUERA

PORTARIA Nº 01, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Diretor de Escola do CEU EMEI Dom José Gaspar, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 201 da Lei nº 8.989/79, alterado pela Lei nº 13.519/03 e regulamentado pelo Decreto nº 43.233/03,

RESOLVE:

I - Fica constituída a Comissão de Apuração Preliminar, composta pelos seguintes servidores sob a presidência do primeiro e secretária do último:

- LUCIANA MARTINEZ RF 724.170.4/2

- LUCIANA ANGELI SOARES SILVA RF 692.331.0/1

- SOLANGE PATROCINIO FOLLA RF 737.104.7/1

II - A Comissão ora designada procederá à apuração dos fatos e eventuais responsabilidades, relativamente ao contido na P.A. nº 2014-0.355.874-0, devendo apresentar o relatório conclusivo sobre o apurado no prazo de 20 (dias) dias.

III - Para o cabal cumprimento de suas atribuições, a Comissão poderá, dentre outros procedimentos, solicitar dados e informações, bem como examinar registros e quaisquer documentos que se fizerem necessários.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO BUTANTÃ

PORTARIA Nº 08, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

O Diretor Regional de Educação Butantã no uso das atribuições legais, com fundamento no artigo 3º da Portaria SME nº 5.941, de 15/10/13, na Deliberação CME nº 03/97 e Indicação CME nº 04/97, ratificadas pelo Parecer CME nº 142/09, e do que consta no TID n.º 13052164, expede a presente Portaria:

Art. 1º - Ficam aprovados a Alteração Regimental e o Adendo ao Regimento introduzidos no Regimento Educacional da EMEF TENENTE ALÍPIO ANDRADA SERPA, sediada na Rua Nicolau Copérnico, 165 – Jardim Batágia, São Paulo.

Art. 2º - A Alteração Regimental refere-se ao inciso V do artigo 79 do Regimento Educacional, aprovado anteriormente pela Portaria nº 57, de 27/12/13, DOC de 28/12/13 e entrará em vigor no ano letivo de 2015.

Art. 3º - O Adendo Regimental incorpora o artigo 116, do Regimento Educacional, aprovado anteriormente pela Portaria nº 57, de 27/12/13, publicada em DOC de 28/12/13, o qual passa a vigorar com a redação contida às fls. 02 e 03 do expediente TID n.º 13052164.

Art. 3º - A Diretoria Regional de Educação, responsável pela supervisão da instituição, verificará o fiel cumprimento das normas contidas no Regimento Educacional, objeto desta Portaria.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO nº.2015-0.045.474-1

1. Em face dos elementos que instruem o presente, consoante competência conferida pela portaria nº 021/SEME-G/2012, AUTORIZO a utilização de áreas pertencentes ao ESTÁDIO MUNICIPAL PAULO MACHADO DE CARVALHO – PACAEMBU, pelo SANTOS FUTEBOL CLUBE – CNPJ 58.196.684/0001-29, conforme solicitação inaugural formalizada pela FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL – CNPJ 62.025.606./0001-39, para a realização do evento esportivo entre SANTOS-SP x LINENSE-SP, pelo CAMPEONATO PAULISTA SÉRIE.A 2015, no dia 01/03/2015 às 18h30min, mediante pagamento de preço público estabelecido na tabela de preço público integrante do DECRETO 55.823 de 29/12/2014, que serão recolhidos aos cofres públicos da Prefeitura de acordo com o Decreto 45.686/2005.

2. O cessionário deverá ainda atender as disposições estabelecidas na legislação que regulamenta a matéria, em especial a Lei 10.671, de 15/03/03 (Código de Defesa do Torcedor), Leis Municipais 9.193/80, 11.256/92 e 12.325/97.

3. Emita-se: Termo de Responsabilidade, de acordo com o disposto no artigo 3º, do Decreto nº 40.780/2001 e Portaria 021/SEME-G/2012.

4. Outrossim, o equipamento municipal deverá ser entregue nas mesmas condições que foram disponibilizadas e, para tanto deverão ser efetuadas vistorias, prévias e após o evento.

DESPACHO

2015-0.041.393-0

I - À vista dos elementos constantes do presente, especialmente a manifestação da Coordenadoria de Gestão de Parcerias e Organizações Sociais – CGPO e da Assessoria Jurídica às fls. retro, considerando o estabelecido na Lei Municipal nº 14.469/2007 e no Decreto Municipal nº 52.830/2011, diante da competência a mim delegada pela Portaria nº 81/SEME/2013, AUTORIZO a inscrição da FEDERAÇÃO PAULISTA DE TRIATHLON, CNPJ nº 02.952.050/0001-02, no Cadastro Municipal Único de Entidades Parceiras do Terceiro Setor – CENTS, como Entidade do Terceiro Setor - ETS.

COORDENADORIA DE GESTÃO DO ESPORTE DE ALTO RENDIMENTO

1.Através da carta de solicitação do Sr.Jussivaldo Silva Freitas, DESPACHO processo nº 2015-0.045.992-1

2.A vista dos elementos constantes do presente e do pedido efetuado na inaugural, AUTORIZO a cessão do campo de futebol de grama sintética do COTP, nos dias 01, 08, 15, 22 e 29 de Março de 2015, das 08:00 às 10:00, para realização de treinamento, fica autorizada a utilização no valor do preço público de R\$ 1.770,00 (um mil, setecentos e setenta reais), através de guia de arrecadação conforme Decreto nº 53.657/2012.

1.Através da carta de solicitação do Sr.Patrice Bernard Rozenbaum, DESPACHO processo nº 2015.0.047.278-2

2.A vista dos elementos constantes do presente e do pedido efetuado na inaugural, AUTORIZO a cessão do campo de futebol society do COTP, nos dias 01, 08, 15, 22 e 29 de Março de 2015, das 09:30 às 11:30, para realização de treinamento, fica autorizada a utilização no valor do preço público de R\$ 1.510,00 (um mil, quinhentos e dez reais), através de guia de arrecadação conforme Decreto nº 53.657/2012.

1.Através da carta de solicitação do Sr.Ricardo Arap da Race-Consultoria Esportiva S/C LTDA, DESPACHO processo nº 2015.0.049.736-0

2.A vista dos elementos constantes do presente e do pedido efetuado na inaugural, AUTORIZO a cessão na pista de atletismo COTP, nos dias 04, 11, 18 e 25 de Março de 2015, das 06:45 às 07:45, para realização de treinamento, fica autorizada a utilização no valor do preço público de R\$ 2.280,00 (dois mil, duzentos e oitenta reais), através de guia de arrecadação conforme Decreto nº 53.657/2012.

FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

GABINETE DO SECRETÁRIO

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA SF nº 53, de 27 de fevereiro de 2015.

Dispõe sobre delegação de poderes referentes ao envio eletrônico de pleitos de contratação de operações de crédito à Secretaria do Tesouro Nacional.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º Fica delegada competência ao Diretor do Departamento de Dívidas Públicas – DEDIP, da Subsecretaria do Tesouro Municipal, para o envio de pleitos de operações de crédito, bem como documentação correspondente, à Secretaria do Tesouro Nacional por meio da ferramenta eletrônica denominada Sistema de Análise da Dívida Pública, Operações de Crédito e Garantias da União, Estados e Municípios – SADIPEM.

Art. 2º Os pleitos e a sua respectiva documentação serão enviados, observadas as normas de segurança de certificação digital, tão somente mediante a existência de autorização expressa, por parte do Secretário Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico, de contratação da operação de crédito a ser pleiteada.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

2014-0.041.655-4 – SGD 1.367.104 – Secretária Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – Averiguação Preliminar – Portaria SF 145, de 11 de agosto de 2014, alterada pela Portaria SF nº 158, de 05 de setembro de 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, no uso de suas atribuições legais, considerando-se o relatório elaborado pela Comissão de Averiguação Preliminar, instituída conforme Portaria GABSF 158/2014 de 05.09.14, com base no art. 201, §3º, III, "a" da Lei 8989/79 e art. 102, III, "a" do Decreto 43.233/03,

RESOLVE:

1. Encaminhar a presente Averiguação Preliminar ao Departamento de Procedimentos Disciplinares da Procuradoria Geral do Município para providências cabíveis, conforme art. 201, §3º, III da Lei 8.989/79 e adoção das sugestões propostas pela Comissão de Averiguação Preliminar, se o caso.

2. Publique-se este despacho.

2014-0.284.615-7 – Secretária Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – Contratação da PRODAM S/A para a prestação de serviço para Projeto Retaguarda do SAT-ISS – FASE II. Em face das informações constantes do processo, em especial às fls. 141-142 e 144-147, RETIFICO o despacho de fl. 102, publicado no D.O.C. de 20/12/2014, para constar "pelo valor total de R\$ 889.289,82 (oitocentos e oitenta e nove mil, duzentos e oitenta e nove reais e oitenta e dois centavos" onde se lê "pelo valor total de R\$ 845.311,14 (oitocentos e quarenta e cinco mil, trezentos e onze reais e quatorze centavos"; bem como constar "Autorizo onerar o valor de R\$ 836.076,42 (oitocentos e trinta e seis mil, setenta e seis reais e quarenta e dois centavos), na dotação nº 17.10.04.126.3024.2.171.3.3.90.39.00.00, referente ao exercício 2015", onde se lê "Autorizo ainda a emissão do extrato de reserva e da nota de empenho no valor acima citado, onerando a dotação nº 17.10.04.126.3024.2.171.3.3.90.39.00.00, conforme consignado na proposta orçamentária de 2015, tão logo sejam disponibilizadas referidas funções no sistema de execução orçamentária e financeira".

2014-0.284.615-7 – Secretária Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – Contratação da PRODAM S/A para a prestação de serviço para Projeto Retaguarda do SAT-ISS – FASE II. Em face da informação constante do processo, em especial às fls. 141-142 e 144-147, RATIFICO o despacho de fl. 148.

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIM-PROC DESPACHOS: LISTA 2015-2-037

DEPARTAMENTO DE ARRECADACAO E COBRANCA
ENDERECO: VIADUTO DO CHA 15
PROCESSOS DA UNIDADE SF/SUREM/DICOP
2015-0.026.813-1 FLAVIO MENDES DOCUMENTAL

A VISTA DAS INFORMACOES CONSTANTES NO PRESENTE PROCESSO, NADA A DEFERIR QUANTO AO PROCESSO DE FRAZIONAMENTO DE DEBITO PARA O SQL 150.031.0095-6. NAO EXISTE DIVIDA A SER FRAZIONADA.

PROCESSOS DA UNIDADE SF/SUREM/DICAP-1
2013-0.234.030-8 SANTOSFLORA COMERCIO DE ERVAS LTDA

INDEFERIDO
I-CCM 8.486.139-8. INDEFIRO POR FALTA DE OBJETO, POIS A EXCLUSÃO DO CÓDIGO DE TRSS 45000 SOLICITADA NA INICIAL, JÁ FOI ATENDIDA EM 15/08/2013.

2014-0.224.263-4 ECORAD DIAGNOSTICOS MEDICOS SC LTDA ME

DEFERIDO
I-CCM: 21671320. DEFIRO O PLEITO EM FACE DO PARECER EXPRESSO POR AMLURB E AUTORIZO A EXCLUSÃO DO CÓDIGO TRSS 45000 DESDE 27/03/2014.

2014-0.298.212-3 AIRES E PROFIRIO SERVICOS MEDICOS

DEFERIDO
I- DEFIRO O PLEITO EM FACE DO PARECER EXPRESSO POR AMLURB E AUTORIZO A EXCLUSÃO DO CÓDIGO DE TRSS 45000 DESDE 01/01/2011.

ANEXO I – CIEJA - EMEF - EMEFM

NÚMERO DE ALUNOS	VALOR FIXO (A)	VALOR VARIÁVEL (B)	VALOR TOTAL POR ESCOLA (A+B)
Até 300	R\$ 11.550,00	Alunos Matriculados x R\$ 4,50	Valor Fixo + Valor Variável
301 a 500	R\$ 12.900,00		
501 a 700	R\$ 14.250,00		
701 a 900	R\$ 15.600,00		
901 a 1200	R\$ 16.950,00		
1201 a 1500	R\$ 18.300,00		
1501 a 1800	R\$ 19.650,00		
Acima de 1800	R\$ 21.000,00		

ANEXO II – EMEBS

NÚMERO DE ALUNOS	VALOR FIXO (A)	VALOR VARIÁVEL (B)	VALOR TOTAL POR ESCOLA (A+B)
Até 250	R\$ 15.000,00	Alunos Matriculados x R\$ 4,50	Valor Fixo + Valor Variável
251 a 350	R\$ 18.000,00		
Acima de 350	R\$ 20.250,00		

ANEXO III – EMEI - CEI CECI - CEMEI

NÚMERO DE ALUNOS	VALOR FIXO (A)	VALOR VARIÁVEL (B)	VALOR TOTAL POR ESCOLA (A+B)
Até 200	R\$ 9.000,00	Alunos Matriculados x R\$ 3,00	Valor Fixo + Valor Variável
201 a 300	R\$ 10.200,00		
301 a 400	R\$ 11.400,00		
401 a 500	R\$ 12.600,00		
501 a 600	R\$ 13.800,00		
601 a 700	R\$ 15.000,00		
Acima de 700	R\$ 17.700,00		

ANEXO IV – CEI DIRETO

NÚMERO DE ALUNOS	VALOR FIXO (A)	VALOR VARIÁVEL (B)	VALOR TOTAL POR ESCOLA (A+B)
Até 100	R\$ 6.000,00	Alunos Matriculados x R\$ 3,00	Valor Fixo + Valor Variável
101 a 150	R\$ 6.750,00		
151 a 200	R\$ 7.500,00		
201 a 250	R\$ 8.250,00		
Acima de 250	R\$ 9.000,00		

ANEXO V – REPASSES

Repasse	Data referência para crédito em conta corrente	Data final do período para realizar despesas	Data para as UEs prestarem contas para a DRE
1º (primeiro)	a partir da data de publicação da Portaria	31/03/2015	01 a 07/04/2015
2º (segundo)	a partir de 01/05/2015	31/07/2015	03 a 07/08/2015
3º (terceiro)	a partir de 01/09/2015	31/10/2015	03 a 09/11/2015

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JACANÃ / TREMEMBÉ

PORTARIA Nº 03, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Diretor de Escola da EMEBS Madre Lucie Bray, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 201 e parágrafos da Lei 8989/79, na redação conferida pela Lei 13.519/03, c/c artigos 98 a 101 do Decreto 43.233/03,

RESOLVE:

I – Excluir da Comissão de Apuração Preliminar, constituída através da Portaria nº 001/2014, publicada no DOC de 20/02/2014 do PA nº. 2014-0.019.740-2, o servidor:

NOME RF/VINCULO
- RINALDO SERGIO LEITE 526.268.2/2

II – Incluir, na Comissão citada no item anterior, a servidora: - NILZA APARECIDA PAVAN ANTONIO MARQUES 690.531.5/1

IV – Essa Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE PIRITUBA

PORTARIA Nº 41, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.

O Diretor Regional de Educação, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SME nº 4737/09, com fundamento na Deliberação CME 04/09, e do que consta do Protocolado nº 16.71.169*14, expede a presente Portaria: